

**18. - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
- 2015 - (LEI 73/2013, Nº. 2, ARTº. 76º, DE 3 DE SETEMBRO):**

Junto se remete para aprovação do Executivo Municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Braga de 2015, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.



CONTAS CONSOLIDADAS

MUNICÍPIO DE BRAGA

2015

António Lourenço

16.06.15

[Signature]

Município de Braga - Contas Consolidadas 2015

Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2015

Código das Contas	ATIVO	Exercícios			
		2015			2014
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	20.871.930,77		20.871.930,77	20.336.417,46
452	Edifícios	0,00		0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	181.266.490,50	119.547.922,71	61.718.567,79	64.148.311,68
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00		0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso	39.833.951,84		39.833.951,84	38.203.409,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
		241.972.373,11	119.547.922,71	122.424.450,40	122.688.138,14
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00		0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00		0,00	47.153,37
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00		0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	47.153,37
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	75.726.112,41	425,77	75.725.686,64	63.932.580,20
422	Edifícios e outras construções	149.348.318,61	21.366.215,63	127.982.102,98	243.872.135,08
423	Equipamento básico	174.893.490,85	70.193.381,96	104.700.108,89	767.803,42
424	Equipamento de transporte	8.212.082,95	6.235.450,18	1.976.632,77	572.393,41
425	Ferramentas e utensílios	620.594,72	535.357,83	85.236,89	25.925,66
426	Equipamento administrativo	10.829.506,32	9.773.926,74	1.055.579,58	506.592,87
427	Taras e vasilhame	20,38	20,38	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	1.171.609,51	1.025.535,30	146.074,21	90.591,59
442	Imobilizações em curso	215.020.959,32	0,00	215.020.959,32	208.549.669,90
448	448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	23.350,33	0,00	23.350,33	0,00
		635.846.045,40	109.130.313,79	526.715.731,61	518.317.692,13
	Investimentos Financeiros				
411	Partes capital	14.898.029,20	0,00	14.898.029,20	14.328.251,59
412	Obrigações e títulos de participação	3.895.485,69	0,00	3.895.485,69	3.895.485,69
414	Investimentos em imóveis	12.987.986,72	2.683.065,20	10.304.921,52	0,00
415	Outras aplicações financeiras	4.036,02	0,00	4.036,02	1.658,04
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		31.785.537,63	2.683.065,20	29.102.472,43	18.225.395,32
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	776.976,24		776.976,24	244.682,95
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	410,17		410,17	279.976,73
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		777.386,41		777.386,41	524.659,68

	Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazos: (a)				
268	Outros devedores	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Dividas de Terceiros - Curto Prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	4.013.526,48	0,00	4.013.526,48	3.189.533,22
212	Contribuintes c/c	111.771,95	0,00	111.771,95	214.269,74
213	Utentes c/c	475.940,58	0,00	475.940,58	488.732,85
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4.300.828,47	4.095.362,08	205.466,39	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	745,38	0,00	745,38	6.296,92
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	257.190,20	0,00	257.190,20	452.386,01
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+2	Outros devedores	1.561.835,17	80.626,62	1.481.208,55	4.247.895,48
67+268		10.721.838,23	4.175.988,70	6.545.849,53	8.599.114,22
	Títulos Negociáveis:				
151	Acções	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	4.788.397,91		4.788.397,91	3.846.875,74
11	Caixa	25.372,20		25.372,20	33.060,65
		4.813.770,11		4.813.770,11	3.879.936,39
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	32.040.892,28		32.040.892,28	29.515.235,21
272	Custos diferidos	2.178.394,90		2.178.394,90	2.234.349,60
		34.219.287,18		34.219.287,18	31.749.584,81
	Total de Amortizações (.....)		231.361.301,70		
	Total de Provisões (.....)		4.175.988,70		
	Total do Activo (.....)	960.136.238,07	235.537.290,40	724.598.947,67	704.031.674,06

Município de Braga - Contas Consolidadas 2015

Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2015

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	189.384.769,05	190.528.905,19
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	5.636.208,65	11.752.594,41
56	Reservas de reavaliação	0,00	479.022,69
	Reservas:		
571	Reservas legais	8.998.111,88	9.267.645,77
572	Reservas estatutárias	35.472,74	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	407.085,36	17.538,87
575	Subsídios	0,00	7.844.468,47
576	Doações	297.926,60	0,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	25.630.067,61	0,00
59	Resultados transitados	231.978.126,92	217.273.717,95
88	Resultado líquido do exercício	13.281.594,53	11.486.554,51
	Interesses minoritários	28.708.274,20	21.023.551,93
	Total dos fundos próprios.....	504.286.682,06	489.638.922,05
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	601.309,07	601.309,07
		601.309,07	601.309,07
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo		
221	Fornecedores c/c	0,00	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	89.830.775,58	92.450.234,90
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1.613.483,48	0,00
264	Administração autárquica	1.611.769,86	0,00
268	Outros Credores	11.406.910,30	9.773.968,57
		104.462.939,22	102.224.203,47
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
2311	Empréstimos de curto prazo	5.929.424,06	10.194.340,23
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	2.083.342,21
221	Fornecedores c/c	2.860.550,00	2.540.137,59
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.099.559,90	1.336.579,97
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2.499.582,34	3.528.949,73
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1.210.504,09	2.705.916,05
24	Estado e Outros Entes Públicos	2.039.525,25	2.347.287,66
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	2.620.975,64	12.272.331,62
		18.260.121,28	37.008.885,06
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	6.768.135,59	6.438.787,48
274	Proveitos diferidos	90.219.750,45	88.119.566,93
		96.987.886,04	94.558.354,41
	Total do Passivo.....	220.312.255,61	234.392.752,01
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	724.598.947,67	704.031.674,06

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Código das Contas		2015		2014	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias		6.548,62		3.591.890,22
	Matérias		3.231.976,46		
62	Fornecimentos e serviços externos:		31.371.177,93		28.885.570,67
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	32.454.177,76		36.410.845,39	
643 a 648	Encargos sociais	8.512.580,97	40.966.758,73	5.364.789,44	41.775.634,83
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		8.156.558,74		8.335.248,26
66	Amortizações do exercício		15.145.013,74		14.791.794,44
67	Provisões do exercício		1.038.631,38		585.481,79
65	Outros custos operacionais		2.341.464,45		2.741.165,42
	(A) Custos e Perdas Operacionais		102.258.130,05		100.706.785,63
68	Custos e perdas financeiros		1.740.091,70		2.310.928,63
	(C) Custos e Perdas Correntes		103.998.221,75		103.017.714,26
69	Custos e perdas extraordinários		6.721.422,21		1.165.132,18
	(E) Custos e Perdas do Exercício		110.719.643,96		104.182.846,44
88	Resultado líquido do exercício.....		15.905.680,75		13.400.106,44
	(X)		126.625.324,71		117.582.952,88
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	47.729,81		35.835.222,60	
7112+7113	Venda de produtos	7.313.730,91			
712	Prestações de serviços	37.832.908,15	45.194.368,87	4.575.952,85	40.411.175,45
72	Impostos e taxas		42.299.252,93		39.278.463,05
(a)	Variação da produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria entidade		1.432.560,81		1.400.150,77
73	Proveitos suplementares		207.872,61		622,64
74	Transferências e subsídios obtidos		30.189.486,43		32.383.967,05
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		0,00		2.569.530,13
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		119.323.541,45		116.043.909,09
78	Proveitos e ganhos financeiros		456.496,81		56.025,11
	(D) Proveitos e Ganhos Financeiros		119.780.038,46		116.099.934,20
79	Proveitos extraordinários		6.845.286,25		1.483.018,68
	(F) Proveitos Totais		126.625.324,71		117.582.952,88
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		17.065.411,60		15.337.123,46
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-1.283.594,89		-2.254.903,52
	Resultados Correntes: (D - C)		15.781.816,71		13.082.219,94
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		15.905.680,75		13.400.106,44
	Interesses Minoritários		-2.624.086,22		-1.913.551,93
	Resultado Líquido do Exercício após Interesses Minoritários		13.281.594,53		11.486.554,51

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS



I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

**ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS**

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – *Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;*

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

Sede na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - *Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;*

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros.

Sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – *Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;*

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares.

Sede na rua quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – *Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;*

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro.

Sede na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

De acordo com informação da empresa participada Agere, o prazo de concessão da Braval termina em 2021, pelo que atualmente a Braval encontra-se a aguardar a resposta ao pedido que formulou de renovação da concessão.

Após obtenção da referida renovação, a Agere começará o processo de reorganização societária e da detenção da participação financeira da Braval, de acordo com todos os normativos aplicáveis, tendo já desencadeado o processo de avaliação da mesma, para o efeito.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	IDITE MINHO-Inst.Desenv.Inov.Téc.n.do Minho
Portgás-Soc Prod Dist Gás, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
SCB - Futebol SAD	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal

1.2) – Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável

1.3) – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As participações financeiras das entidades societárias nas quais o Município tem influência significativa (participação financeira entre 20% e 50%) estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

- ✓ ABC de Braga-Andebol SAD;
- ✓ SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga;

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

1.4) – Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Categoria	N.º de Fundonários	TUB	Investbraga	Bragahabit	Agere	Teatro Circo	Município
Dirigente Superior	14	2	1	1	3	4	3
Dirigente Intermédio	46		4		20	1	21
Técnico Superior	164	8		22	36	9	89
Assistente Técnico	350	19	5	9	59	13	245
Assistente Operacional	1561	270	10	3	409	3	866
Bombeiros	89				0	0	89
Informática	16	1			3	0	12
Polícia Municipal	47				0	0	47
Outros	54	26			0	0	28
Total	2341	326	20	35	530	30	1400

1.5) - Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

**ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS**

II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.1) - Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

2.2) - Afastamento da aplicação das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

O Município de Braga aplica o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e as empresas municipais aplicam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, o que dificulta a harmonização das operações, critérios e políticas contabilísticas, como ocorre com as amortizações/depreciações e provisões ao abrigo do SNC/Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro – Regime de Reintegrações e Amortizações.

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP			
CONTA	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO
411	Investimentos Financeiros - Partes de Capital		9.180.490,32
551	Ajustamentos de partes de Capital em Empresas	5.464.455,68	
782	Ganhos em Entidades Participadas	2.875.035,45	
682	Perdas em Entidades Participadas		759.128,16
59	Resultados Transitados	1.600.127,35	
TOTAL		9.939.618,48	9.939.618,48

MUNICÍPIO DE BRAGA – EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO
59	Resultados Transitados	8.159.611,75	1.468.687,27
211	Clientes C/C		490.322,63
221	Fornecedores C/C	182.940,12	
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	176.878,56	
268	Devedores e Credores Diversos	721.033,55	3.532.921,45
264	Administração Autárquica	3.952.859,82	
271	Acréscimos de Proveitos		7.701.392,45
TOTAL		13.193.323,80	13.193.323,80

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO
44	Imobilizações em Curso		5.755,07
59	Resultados Transitados	880.077,61	2.779.513,34
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.012.733,73
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais		7.944.957,97
65	Outros Custos e perdas Operacionais		497.361,68
69	Custos e Perdas Extraordinários		188.414,47
73	Proveitos suplementares	134.757,25	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	9.132.781,29	
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.709,03	
273	Acréscimo de Custos	759.128,16	
712	Prestações de serviços	1.925.282,92	
57	Reservas	595.000,00	
TOTAL		13.428.736,26	13.428.736,26

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO
571	Reservas legais	1.411.291,46	
574	Reservas livres	15.656,24	28.878,81
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	5.296.917,11	
59	Resultado transitados	3.688.341,53	3.409.139,55
51	Património	58.425.000,00	
	Interesses Minoritários (Resultados)	2.624.086,22	
	Interesses Minoritários (balanço)	3.251.264,32	31.959.538,53
411	Investimentos financeiros - partes de capital		39.315.000,00
TOTAL		74.712.556,88	74.712.556,88

3.2) - Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não aplicável.

3.3) – Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.4) – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não aplicável.

**ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS**

3.5) – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não aplicável.

3.6) – Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não aplicável.

3.7) – Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não aplicável.

3.8) – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

MUNICÍPIO DE BRAGA – EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

	Conta Patrimonial	Entidade Credora	N.º Empréstimo	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31/12/2014	Capital Amortizado no Período	Capital em dívida 31/12/2015
Município	2311111	Santander Totta		5.000.000,00	31-12-2015	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
	23121127	BBVA	97866000347	15.000.000,00	26-06-2023	7.499.999,98	833.333,32	6.666.666,66
	23121123	BPI	3088448830003	15.000.000,00	14-01-2023	8.061.215,85	909.473,84	7.151.742,01
	23121125	BT	6623/00071504096	5.000.000,00	06-01-2023	2.361.111,09	277.777,78	2.083.333,31
	23121126	DEXIA	39150023	20.000.000,00	03-05-2022	8.648.648,66	1.081.081,08	7.567.567,58
	23121124	BT	0000/30090210501	19.903.831,77	22-03-2022	8.293.263,15	1.105.768,44	7.187.494,71
	23121121	C.G.D.	PT00350171003265791	6.234.973,71	20-05-2019	1.461.855,72	312.422,09	1.149.433,63
	23121122	BFB/BPI	8238788830002	2.992.787,38	18-09-2022	1.173.586,24	145.711,22	1.027.875,02
	23121111	C.G.D.	PT00350171003310691	14.963.936,91	31-07-2021	7.641.968,56	1.075.491,51	6.566.477,05
	23123111	DGTF	0030E148492009.01	1.803.252,00	02-07-2019	1.622.926,80	360.650,40	1.262.276,40
	23121114	BBVA	97148000258	1.865.000,00	03-12-2019	979.125,00	186.500,00	792.625,00
								41.455.491,37
Braga Habit	2511101	BANCO CREDIBOM	10001823966	8.299,80	11-09-2019	7.961,41	1.425,89	6.535,52
								6.535,52
Theatro Circo	25112	Millennium BCP	45459788947	600.000,00	31-12-2016	400.000,00	20.000,00	380.000,00
	25141	Banco BPI, SA	6-4191775-000-001	5.000,00		0,00		3.285,54
	25121	Banco BPI, SA	00/301949/EF	150.000,00		114.763,16		122.244,08
								505.530,02
AGERE	2511101 / 2511201	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.	171003314991	2.743.388,43	06-04-2021	1.071.495,36	162.139,84	909.355,52
	2511102 / 2511202	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	116535811	50.000.000,00	27-06-2031	37.499.999,96	2.272.727,28	35.227.272,68
	2511109 / 2511209	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	234849621	1.000.000,00	28-06-2017	652.032,71	652.032,71	0,00
	2511110 / 2511210	MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	407-36.003518-9	10.000.000,00	23-10-2019	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00
	2511111 / 2511211	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	308718487096	1.000.000,00	13-11-2018	980.496,08	238.538,35	741.957,73
	2511112 / 2511212	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440014644	5.000.000,00	21-10-2019	1.100.000,00	0,00	4.000.000,00
	2511113 / 2511213	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	309752683096	2.500.000,00	18-06-2020	0,00	239.966,12	2.260.033,88
	2511114 / 2511214	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440017515	5.000.000,00	19-06-2020	0,00	0,00	5.000.000,00
	2511115 / 2511215	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	261157961	1.000.000,00	30-06-2020	0,00	96.005,47	903.994,53
	2511103	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO S.A.	4-2726487.039.001	2.000.000,00		0,00		235.000,00
	2511107	BANF S.A.	800010945360140	1.500.000,00		75.000,00	0,00	75.000,00
								49.352.614,34
TUB	2511111	Caixa Geral Depósitos	9015/008159/992	3.000.000,00	01-06-2016	1.500.000,00	3.253.137,02	2.540.000,00
	2511121	Millenniumbcp	1159331	1.500.000,00	08-05-2016	0,00	1.850.000,00	760.000,00
	2511181	NovoBanco	1615000017808	1.500.000,00	29-04-2016	1.690.000,00	2.610.000,00	180.000,00
	251481	Novo Banco S.A.	1614000017661	2.000.000,00		712.752,95		960.028,39
	TOTAL			198.270.470,00		104.048.207,68	28.384.182,36	91.320.171,25

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

5.2 – Mapa de fluxos de caixa consolidado (Portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS					
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		3.879.936,39	Despesas orçamentais		156.269.744,06
Execução orçamental	3.879.936,39		Correntes	103.312.531,64	
Operações de tesouraria ...	0,00		Capital	52.957.212,42	
Receitas orçamentais		157.276.395,60	Operações de tesouraria	9.722.803,14	9.722.803,14
Correntes	123.640.802,52				
Capital	30.507.091,88				
Outras	3.128.501,20				
			Saldo para a gerência seguinte ...		4.813.770,11
			Execução orçamental	4.813.770,11	
Operações de tesouraria	9.649.985,32	9.649.985,32	Operações de tesouraria	0,00	
Total		170.806.317,31	Total		170.806.317,31

Aos valores apresentados não foram retirados os fluxos de pagamentos e recebimentos relativos a operações recíprocas, não obstante, o saldo para a gerência seguinte não é influenciado.

VI- Informações relativas a compromissos:

6.1 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

6.2 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais:

Natureza	Descrição	Prestada a favor	Valor em dívida em 31/12/2015
Garantia Técnica	Garantia para recuperação ambiental relativa ao contrato de concessão de captação de água - Ponte do Bico	Banco Santander Totta, S.A.	21.970,00
			21.970,00

VII- Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

a) Imobilizado

Nos termos do disposto no ponto 4.1. do POCAL, o ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição (somatório do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (somatório dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem). Quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação efetuada por técnicos ou o valor patrimonial tributário determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou, na sua ausência, o valor resultante da simulação do valor patrimonial disponível no sítio do Portal das Finanças.

**ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS**

Quanto às amortizações, foram praticadas as taxas permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprovou o CIBE-CADASTRO E INVENTÁRIO DOS BENS DO ESTADO e o DL 25/2009 – Regime de Depreciações e Amortizações.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição e valorizados pelo método da equivalência patrimonial para entidades em que o município detém influência significativa.

c) Existências

Foram valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos são determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado conforme descrito no ponto a).

O método de custeio de saída de armazém adotado foi o FIFO.

d) Dívidas de e a terceiros

Foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as denominam.

e) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

f) Especialização do exercício

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização no exercício a que dizem respeito.

**ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS**

7.2) – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável.

VIII – Informações relativas a determinadas rubricas:

8.1) – Despesas de Instalação e Despesas de investigação e de desenvolvimento

Não aplicável

MUNICÍPIO DE BRAGA – EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

MAPA ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REVALUAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ABATIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	31.373.135,06	0,00	4.243.650,79	0,00	-3.831.248,22	31.785.537,63
41.1	Partes de capital	14.539.008,45	0,00	4.190.268,97	0,00	-3.831.248,22	14.898.029,20
41.1.1	Associações de municípios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
41.1.2	Empresas municipais e intermunicipais	14.539.008,45	0,00	4.190.268,97	0,00	-3.831.248,22	14.898.029,20
41.1.2.1	Empresas Municipais	14.539.008,45	0,00	4.190.268,97	0,00	-3.831.248,22	14.898.029,20
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.1.4	Empresas do sector empresarial do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.1.5	Fundo de Apoio Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.1.9	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.2	Obrigações e títulos de participação	3.895.485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3.895.485,69
41.2.1	Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.2.2	Outras	3.895.485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3.895.485,69
41.4	Investimentos em imóveis	12.935.492,46	0,00	52.494,26	0,00	0,00	12.987.986,72
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	3.802.789,69	0,00	11.152,50	0,00	0,00	3.813.942,19
41.4.2	Edifícios e outras construções	9.132.702,77	0,00	41.341,76	0,00	0,00	9.174.044,53
41.4.2.1	Edifícios	9.132.702,77	0,00	41.341,76	0,00	0,00	9.174.044,53
41.4.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.5	Outras aplicações financeiras	3.148,46	0,00	887,56	0,00	0,00	4.036,02
41.5.1	Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.5.2	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.5.3	Outros títulos	3.148,46	0,00	887,56	0,00	0,00	4.036,02
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	394.867.458,61	0,00	76.576.013,76	387.597,43	-354.149,19	420.801.735,75
42.1	Terrenos e recursos naturais	74.203.981,33	0,00	2.488.152,04	7.111,76	-958.909,20	75.726.112,41
42.2	Edifícios e outras construções	134.678.032,01	0,00	18.912.647,89	72.603,88	-4.169.757,41	149.348.318,61
42.3	Equipamento básico	165.528.280,13	0,00	4.878.343,39	291.920,27	4.778.787,60	174.893.490,85
42.4	Equipamento de transporte	8.187.344,14	0,00	41.418,80	15.961,52	-718,47	8.212.082,95
42.5	Ferramentas e utensílios	603.811,50	0,00	19.126,73	0,00	-2.343,51	620.594,72
42.6	Equipamento administrativo	10.497.161,23	0,00	333.261,16	0,00	-916,07	10.829.506,32
42.7	Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	0,00	0,00	20,38
42.9	Outras imobilizações corpóreas	1.168.837,89	0,00	3.063,75	0,00	-292,13	1.171.609,51
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.1	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	213.752.995,17	0,00	7.321.089,34	1.202.190,78	-4.827.584,08	215.994.309,65
44.1	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.2	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	213.729.644,84	0,00	7.321.089,34	1.202.190,78	-4.827.584,08	215.020.959,32
44.3	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.6	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.7	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.8	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	23.350,33	0,00	0,00	0,00	0,00	23.350,33
44.9	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	236.358.497,58	0,00	5.604.295,95	420,42	0,00	241.977.373,11
45.1	Terrenos e recursos naturais	20.336.417,46	0,00	535.513,31	0,00	0,00	20.871.930,77
45.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.3	Outras construções e infraestruturas	177.828.671,12	0,00	3.437.819,38	0,00	0,00	181.266.490,50
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	38.203.409,00	0,00	1.630.963,26	420,42	0,00	39.833.951,84
45.9	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL.....	876.362.096,43	0,00	43.845.043,84	1.590.208,63	-9.012.981,49	909.603.956,15

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.2) – Movimentos corridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

RUBRICAS		SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	216.877.589,21	15.145.013,74	661.301,25	231.361.301,70
48.1	De investimentos em imóveis	2.547.328,26	135.736,94	0,00	2.683.065,20
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2	Edifícios e outras construções	2.547.328,26	135.736,94	0,00	2.683.065,20
48.1.2.1	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.1.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2	De imobilizações corpóreas	100.649.901,51	9.141.713,53	661.301,25	109.130.313,79
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	412,49	13,28	0,00	425,77
48.2.2	Edifícios e outras construções	20.038.180,37	1.710.888,82	518.622,13	21.230.447,06
48.2.2.1	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.2.2	Outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.3	Equipamento básico	64.263.373,69	6.189.786,17	123.959,34	70.329.150,52
48.2.3.1	Software	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.3.9	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.4	Equipamento de transporte	5.418.437,79	833.193,36	16.180,97	6.235.450,18
48.2.5	Ferramentas e utensílios	508.306,10	29.307,37	2.255,64	535.357,83
48.2.6	Equipamento administrativo	9.405.759,57	388.260,35	93,17	9.773.926,75
48.2.6.1	Software	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.6.9	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
48.2.7	Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	20,38
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	1.015.461,12	10.264,18	190,00	1.025.535,30
48.3	De imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.1	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5	De bens de domínio público	113.680.359,44	5.867.563,27	0,00	119.547.922,71
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.2	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	113.680.359,44	5.867.563,27	0,00	119.547.922,71
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
48.5.9	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
49.1	Partes de capital				
49.2	Obrigações e títulos de participação				
49.3	...				
49.5	Outras aplicações financeiras				0,00
Total		216.877.589,21	15.145.013,74	661.301,25	231.361.301,70

**ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS**

8.3) – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

8.4) – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável

8.5) - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.6) - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.

8.7) - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável.

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

8.8) - Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Não aplicável.

8.9) - Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

Não aplicável.

8.10) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

2015		
Designação	Mercado interno	Mercado externo
Vendas	7.361.460,72	0,00
Prestações de Serviços	37.824.835,91	8.072,24
Total	45.186.296,63	8.072,24

8.11) - Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. das instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios” providas do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

MUNICÍPIO DE BRAGA – EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

8.12) - Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

8.13) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

	Nome	Direção/Administração			Órgão de Fiscalização
		Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade	
TUB	José António Baptista Da Costa	Administrador	28.381,57	2015	
	Teotónio Luis Vieira Andrade Dos Santos	Administrador	27.268,10	2015	
	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, Sroc, Lda	Revisor Oficial Contas	0,00	2015	11.070,00
			55.649,67		11.070,00
Investbraga	Carlos Nuno Alves De Oliveira	Presidente CA		16/12/2013 a 10/2017	
	Humberto António Ferreira Carlos	Administrador Executivo	31.715,21	16/12/2013 a 10/2017	
	Américo Pedro Martins Vieira	Administrador Não Executivo		13/11/2014 a 31/01/2016	
	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados Sroc, Lda	Revisor Oficial Contas	0,00	2014/2017	6.626,04
			31.715,21		6.626,04
Bragahabit	Vítor Manuel Esperança Ribeiro	Administrador Executivo	26.803,88	1/1/2015 a 31/12/2015	
	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados Sroc, Lda	Revisor Oficial Contas			10.258,20
			26.803,88		10.258,20
Agere	Rui Manuel Sa Moraes	Administrador Executivo	26.585,04	2013/2017	
	Antonio Jorge Almeida Silva	Administrador Executivo	31.284,64	2013/2017	
	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, Sroc, Lda	Revisor Oficial Contas	0,00	2016	22.140,00
			57.869,68		22.140,00
Teatro Circo	Cláudia Teixeira Leite	Admistradora Executiva	28.991,92	2013-12-09 a 2017-12-09	
	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente do Conselho de Admi.	0,00	2013-12-09 a 2017-12-09	
	Lidia Brás Dias	Vogal	0,00	2013-12-09 a 2017-12-09	
	Isabel Mota & Maximino Mota, Sroc	Revisor Oficial Contas			13.284,00
			28.991,92		13.284,00
Município	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente	34.940,28		
	Firmão Jose Rodrigues Marques	Vice-Presidente	27.300,88		
	Lidia Bras Dias	Vereadora	27.167,45		
	Maria Sameiro Macedo Araujo	Vereadora	27.636,58		
	Miguel Sopas Melo Bandeira	Vereador	25.454,91		
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Vereador	4.694,93		
	Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, Sroc, Lda	Revisor Oficial Contas			18.007,20
			147.195,03		18.007,20
TOTAL			348.225,39		81.385,44

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.14) - Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

8.15) - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

8.16) - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os comparativos das demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com o exercício de 2015 em virtude de terem sido efetuadas correções às operações de consolidação, bem como alterações da metodologia utilizada e melhoria dos procedimentos de consolidação propriamente ditos, tendo em conta o referido na certificação legal das contas do exercício transato.

8.17) - Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros					
Código das contas	Custos e Perdas	Exercício 2015	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício 2015
681	Juros Suportados	1.599.327,04	781	Juros Obtidos	10.020,71
682	Perdas em Entidades Participadas	0,00	782	Ganhos em Entidades Participadas	358.693,93
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	135.736,94	783	Rendimentos de Imóveis	0,00
684	Provisões para Aplicações Financeiras	0,00	784	Rendimentos de Participações de Capital	2.773,50
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00
			786	Desconto de Pronto Pagamento Obtidos	121,20
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	5.027,72	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	66.033,63
			789	Reposições	18.853,84
	Resultados Financeiros	-1.283.594,89			
		456.496,81			456.496,81

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.18) - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários					
Código das contas	Custos e Perdas	Exercício 2015	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício 2015
691	Transferências de Capital Concedidas	1.705.165,06	791	Restituição de Impostos	73.643,79
692	Dívidas Incobráveis	0,00	792	Recuperação de Dívidas	23.395,64
693	Perdas em Existências	5.864,70	793	Ganhos em Existências	507.197,80
694	Perdas em Imobilizações	4.140.113,19	794	Ganhos em Imobilizações	418.249,18
695	Multas e Penalidades	47.568,56	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	450.511,14
696	Aumento de Amortizações e de Provisões	0,00	796	Reduções de Amortizações e de Provisões	218.871,85
697	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	772.268,73	797	Correcções relativas a Exercícios Anteriores	3.087.653,36
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	50.441,97	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.065.763,49
	Resultados Extraordinários	123.864,04			
		6.845.286,25			6.845.286,25

8.19) - Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	3.479.685,79	958.004,76	261.701,85	4.175.988,70
292	Provisões para riscos e encargos	601.309,07	0,00	0,00	601.309,07
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20) - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

MUNICÍPIO DE BRAGA – EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

		Designação dos Bens	Valor Aquisição	Amortização Capital	Valor em Dívida
Agere		Contrato nº CP DCl (Contadores/Emissores)	1.648.800,00	1.648.800,00	0,00
		Contrato nº 200060 - 6 viaturas p/recolha	1.073.277,72	590.819,17	482.458,55
		Contrato nº 201040 (18-NL-02)	22.299,90	12.475,06	9.824,84
		Contrato nº 202403 (74-NS-29)	107.625,00	52.106,48	55.518,52
		Contrato nº 203238 (23-OC-05)	72.995,58	30.716,73	42.278,85
		Contrato nº 203303 (01-NO-82)	125.938,33	53.081,79	72.856,54
		Contrato nº 203469 (Enermeter - contadores e outros)	564.324,00	229.154,46	335.169,54
		Contrato nº 2057976 (35-LM-05)	191.572,50	172.492,24	19.080,26
		Contrato nº 2059413 (10 viaturas)	207.010,23	200.991,91	6.018,32
		Contrato nº 58 100 (49-LV-88)	45.799,05	45.799,05	0,00
		Contrato 30037144 (68-LV-30)	22.000,00	19.100,57	2.899,43
		Contrato 30037142 (68-LV-32)	22.000,00	19.184,43	2.815,57
		Contrato 30037141 (05-MC-15)	26.937,00	23.248,59	3.688,41
		Contrato nº 038.44.000080-0 (82-ND-74)	22.140,00	13.901,39	8.238,61
		Contrato nº 639/03/2014 (contadores)	564.324,00	194.752,23	369.571,77
		Contrato nº 540-0746299 (56-OL-09)	168.530,10	57.876,77	110.653,33
		Contrato nº 540-0746334 (56-OL-11)	127.853,99	43.907,72	83.946,27
		Contrato nº 540-0746335 (04-OM-71)	240.792,59	82.693,22	158.099,37
		Contrato nº 540-0746336 (61-OL-25)	79.500,00	27.301,95	52.198,05
		Contrato nº 540-0746337 (61-OL-27)	44.649,98	15.333,70	29.316,28
		Contrato nº 540-0746338 (61-OL-26)	46.650,00	16.020,61	30.629,39
Theatro					
		Equipamento de Som	525.547,40	489.223,00	36.324,40
Braga					
		Contrato nº 10084598-Computadores	12.114,95	983,88	11.131,07
TUB		Contrato nº10084599-Servidor HP Proliant	7.859,50	634,86	7.224,64
		Autocarros contrato nº 173124 (93-EO-56;57;58;59)	550.851,40	435.240,90	115.610,50
		Autocarros contrato nº 173962 (93-EO-60)	137.712,85	108.761,33	28.951,52
	Autocarros contrato nº 2045376;7;8;9;80(08-FT-99; 09-FT-00;01;02;03)	688.583,15	490.346,25	198.236,90	
Total			7.347.689,22	5.074.948,29	2.272.740,93

8.21) - Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS

IX. Informações diversas

9.1) – Outras informações exigidas por diplomas legais;

9.2) – Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

- Mapa resumo dos balanços (SNC) das entidades incluídas no perímetro de consolidação, pelo método integral:

	31-12-2015				31-12-2014			
	Ativo	Capital Próprio	Passivo	Resultado Líquido	Ativo	Capital Próprio	Passivo	Resultado Líquido
Agere, E.M.	139.692.305	72.180.912	67.511.393	5.355.278	141.251.083	73.052.594	68.198.489	3.904.534
InvestBraga, E.M.	972.496	323.324	694.173	89.978	1.128.624	323.863	804.761	109.831
Bragalibit, E.M.	11.490.344	10.949.420	540.924	53.866	11.524.005	10.851.795	672.210	207.235
TUB, E.M.	7.924.630	-193.926	9.118.556	275.828	8.254.559	-221.933	8.476.492	349.894
Teatro Circo, E.M.	1.234.037	410.482	823.555	-759.128	1.300.885	467.913	832.972	-708.595

- Mapa resumo dos balanços (SNC) das entidades incluídas no perímetro de consolidação, pelo método de equivalência patrimonial:

	31-12-2015				31-12-2014			
	Ativo	Capital Próprio	Passivo	Resultado Líquido	Ativo	Capital Próprio	Passivo	Resultado Líquido
ABC de Braga - Andebol SAD	472.039	-4.851	476.890	57.612	391.134	-62.463	453.598	74.750
SGEB, S.A.	49.061.359	23.295	49.038.064	21.178	50.555.843	2.117	50.553.726	-100.759



MUNICÍPIO DE BRAGA – EXERCÍCIO DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Índice

1. Introdução 3

2. Enquadramento Legal..... 4

3. Situação Económico-Financeira..... 5

 3.1. Rácios Económico-Financeiros 5

 3.2. Análise Analítica aos Custos e Proveitos 10

 3.3. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado 13

 3.4. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado..... 15

1. Introdução

O presente relatório concretiza o segundo exercício de consolidação de contas do Grupo Autárquico do Município de Braga, com incidência no período económico de 2015.

A motivação legal para a elaboração deste relatório prende-se com a vontade de dispor de ferramentas de suporte para a tomada de decisão, tornando o presente relatório um documento essencial a gestão autárquica ao resumir a performance económico-financeira do Grupo.

Este documento deve ser encarado como uma ferramenta e um ponto de partida de um processo de melhoria que deverá ser contínua em matéria de divulgação da informação consolidada e melhoria da transparência do Grupo Municipal de Braga.

Este relatório encontra-se dividido fundamentalmente em duas partes, na primeira parte é elaborada uma análise económico-financeira com o recurso aos principais rácios financeiros e avaliação dos respetivos resultados. A segunda parte incide principalmente na análise aos elementos presentes no balanço e demonstração de resultados consolidados.

2. Enquadramento Legal

O disposto presente no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, cuja sigla-REFAIL- se passará doravante a utilizar) prevê a obrigatoriedade de elaboração de Consolidação de Contas dos Municípios, Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas com as entidades detidas ou participadas.

Por sua vez, a definição de grupo autárquico encontra-se definido no artigo 75º n.º3, do REFAIL, sendo este composto pelo município, pelas entidades intermunicipais ou entidades associativas e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade com a finalidade de beneficiar das suas atividades.

O n.º 5 do art.º 75º do REFAIL estipula ainda a existência de controlo quando se verifica, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

- a. A faculdade de vetar orçamentos;
- b. A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c. A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d. A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e. A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade;

Ainda relacionado com a temática abordada, o disposto no n.º7 do art.º 75º do REFAIL, determina quais os documentos que devem fazer parte da prestação de contas consolidadas, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abaixo indicadas:

- a. Balanço Consolidado;
- b. Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- c. Mapa de Fluxo de Caixa Consolidados e Operações Orçamentais;
- d. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, com principal foco na divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

mapa de endividamento médio-longo prazo consolidado e o mapa da dívida bruta consolidada, decomposto por maturidade e natureza.

Em suma, e em concordância com os normativos em vigor designadamente o art.º 75º n.º 4 al. b) e a Lei n.º 50/2015, de 31 de Agosto as entidades que constituem o perímetro de Consolidação do Município de Braga podem classificar-se como entidades de Natureza Empresarial.

3. Situação Económico-Financeira

As contas consolidadas devem ser elaboradas com clareza e em concordância com o normativo em vigor, com o objetivo de ser dada uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto de entidades compreendidas na consolidação.

Para além deste objetivo, as contas consolidadas possuem uma grande utilidade nomeadamente para os utilizadores da informação financeira, visto que, estas permitem uma visão completa da situação económico-financeira do grupo; ferramenta/instrumento de gestão que permite ter um olhar mais abrangente sobre todo o grupo económico e contribuem para a normalização contabilística através da uniformização de critérios e processos.

3.1. Rácios Económico-Financeiros

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, os indicadores de liquidez avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio.

- **Rácio de Liquidez Geral**

$$= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{46.356.293,23}{115.248.007,32} = 0.402$$

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

- Rácio de Liquidez Reduzida

$$= \frac{\text{Activo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{45.578.906,82}{115.248.007,32} = 0.395$$

- Rácio de Liquidez Imediata

$$= \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}} = \frac{4.813.770,11}{115.248.007,32} = 0.042$$

Rátios e indicadores de Liquidez	2014	2015
Ativo Circulante	44.753.295,10 €	46.356.293,23 €
Passivo Circulante	131.567.239,47 €	115.248.007,32 €
Liquidez Geral (LG)	0,340	0,402
Ativo Circulante-Inventários	44.228.635,42 €	45.578.906,82 €
Passivo Circulante	131.567.239,47 €	115.248.007,32 €
Liquidez Reduzida (LR)	0,336	0,395
Meios Líquidos	3.879.936,39 €	4.813.770,11 €
Passivo Circulante	131.567.239,47 €	115.248.007,32 €
Liquidez Imediata (LI)	0,029	0,042

A Liquidez Geral – (cujas siglas- LG – será utilizada doravante) pode ser definida como a capacidade que o grupo tem para honrar os seus compromissos de curto prazo, sendo o resultado do quociente entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. No exercício económico de 2014 é possível verificar que o ativo circulante (44.753.295,10€) é inferior ao passivo circulante (131.567.239,47€), originando um rácio de Liquidez Geral de 0.34. Em contraponto no ano de 2015 é possível evidenciar uma evolução positiva, uma vez que, este rácio se aproxima mais de um (0.402), potencializado pelo aumento do ativo circulante (46.356.293,23€) acompanhado de uma redução do passivo circulante (115.248.007,32€). Apesar de esta evolução ser positiva o grupo ainda possui um ativo circulante insuficiente para fazer face ao passivo circulante.

A Liquidez Reduzida – (cujas siglas- LR- será utilizada doravante) subtrai ao valor do Ativo Corrente o peso das Existências. No ano de 2014 o grupo apresenta um rácio de LR de 0.336 e um rácio LG de 0.340, permitindo-nos concluir que as existências não

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

possuem um peso significativo na estrutura financeira do grupo, até porque a natureza económica das entidades que constituem o grupo não potencializa a existência de elevados stocks. Relativamente ao ano de 2015 é visível um aumento pouco significativo no peso das existências sobre a estrutura do ativo, o que nos permite retirar as elações apontadas anteriormente.

A Liquidez Imediata – (cuja sigla-LI- será utilizada doravante) restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo do grupo. Em ambos os anos o grupo apresenta uma certa instabilidade financeira a este nível, uma vez que, não possui em meios líquidos o montante necessário para fazer face as despesas imediatas.

- **Rácio de Autonomia Financeira**

$$= \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Total Líquido}} = \frac{504.286.692,06}{724.598.947,67} = 69.64\%$$

- **Rácio de Solvabilidade Geral**

$$= \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo}} = \frac{504.286.692,06}{220.312.255,61} = 2.28$$

- **Rácio de Solvabilidade Reduzida**

$$= \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo não circulante}} = \frac{504.286.692,06}{104.462.939,22} = 4.83$$

- **Rácio do Passivo sobre Fundos Próprios (Debt to Equity Ratio)**

$$= \frac{\text{Passivo}}{\text{Fundos Próprios}} = \frac{220.312.255,61}{504.286.692,06} = 0.437$$

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Rátios de Solvabilidade	2014	2015
Autonomia Financeira (em %)	66,71%	69,94%
Rácio de Solvabilidade	2,00	2,28
Rácio de Solvabilidade Reduzida	4,59	4,83
Rácio Passivo sobre os Fundos Próprios	49,9%	43,7%

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2014 e 2015 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios. O aumento do rácio de autonomia financeira de 2014 para 2015 poderá indicar que o grupo está neste momento a adotar uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Por sua vez, o rácio de solvabilidade pode ser definido como a capacidade que uma entidade tem para honrar os seus compromissos de médio e longo prazo, ou seja, é um indicador útil para avaliação do equilíbrio a médio-longo prazo do grupo. Relativamente a este indicador o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

O rácio de solvabilidade reduzida é definido como a capacidade que o grupo possui para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente de ativos líquidos. Neste caso em concreto este é um indicador cujo valor é bastante positivo, evidenciando um equilíbrio financeiro estável e equilibrado.

Relativamente ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é nos possível concluir que o grupo tem reduzido de forma gradual o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

- **Rácio de Endividamento**

$$= \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}} = \frac{220.312.255,61}{724.598.947,67} = 0.304$$

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

- **Rácio de Endividamento Médio e Longo Prazo**

$$= \frac{\text{Passivo não circulante}}{\text{Passivo}} = \frac{105.064.248,29}{220.312.255,61} = 0.477$$

- **Rácio de Endividamento de Curto Prazo**

$$= \frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Passivo}} = \frac{115.248.007,32}{724.958.947,67} = 0.159$$

Rádios de Endividamento	2014	2015
Rádios de Endividamento	33,29%	30,40%
Rácio de Endividamento MLP	43,61%	47,70%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	18,69%	15,90%

No que respeita aos indicadores de endividamento a evolução registada vai de encontro aos resultados comprovados anteriormente, culminando numa diminuição do endividamento do grupo.

Apesar de esta redução há ainda a registar no ano de 2015 um aumento do endividamento de médio-longo prazo, mas acompanhado simultaneamente pela redução do endividamento de curto prazo. Esta situação pode ser explicada pela alteração efetuada a nível contabilístico com uma reclassificação da dívida de curto prazo para médio longo prazo e pela redução da contração de empréstimos.

Em termos globais e mediante o conjunto de indicadores selecionados para esta análise financeira é possível concluir-se que a situação financeira do grupo é favorável e equilibrada, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e de melhoria de eficiência.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

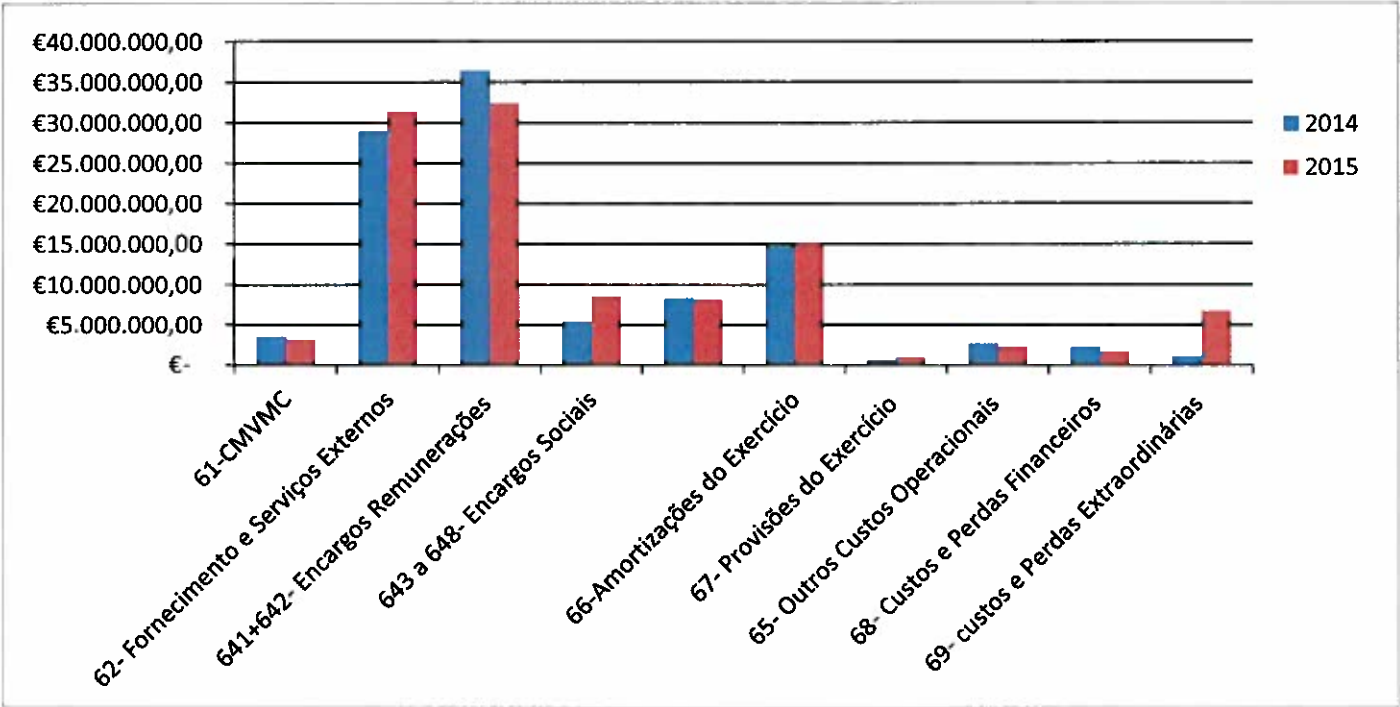
3.2 Análise Analítica aos Custos e Proveitos

No quadro abaixo indicado encontram-se representados os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2014 e 2015 e respetivas variações absolutas e relativas.

Quadro I- Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

DESCRIÇÃO	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
61- CMVMC	3.591.890,22 €	3.238.525,08 €	- 353.365,14 €	-9.84%
62- Fornec. e Serviços Externos	28.885.570,67 €	31.371.177,93 €	2.485.607,26 €	8.61%
641+642- Encargos Remunerações	36.410.845,39 €	32.454.177,76 €	- 3.956.667,63 €	-10.87%
643 a 648- Encargos Sociais	5.364.789,44 €	8.512.580,97 €	3.147.791,53 €	58.68%
63- Transf. Subs. Concedidos	8.335.248,26 €	8.156.558,74 €	- 178.689,52 €	-2.14%
66-Amortizações do Exercício	14.791.794,44 €	15.145.013,74 €	353.219,30 €	2.39%
67- Provisões do Exercício	585.481,79 €	1.038.631,38 €	453.149,59 €	77.40%
65- Outros Custos Operacionais	2.741.165,42 €	2.341.464,65 €	- 399.700,77 €	-14.58%
68- Custos e Perdas Financeiros	2.310.928,63 €	1.740.091,70 €	- 570.836,93 €	-24.70%
69- Custos e Perdas Extraordinárias	1.165.132,18 €	6.721.422,21 €	5.556.290,03 €	476.88%
Totais	104.182.846,44 €	110.719.644,16 €	6.536.797,72 €	6.27%

Quadro II- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O presente gráfico permite-nos tirar elações no que respeita à repartição dos custos, dos respetivos aumentos e diminuições e comparação com período homólogo. O aumento do valor dos custos é evidente, no ano de 2014 o grupo incorreu em custos num total de 104.182.846.44€, já no ano de 2015 este valor ascendeu a um total de 110.719.644.16€ protagonizando uma variação absoluta de 6.536.797.72€, (aumento de 6.27%).

Este aumento refletiu-se sensivelmente nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, Encargos Sociais, Amortizações do Período e Custos e Perdas Extraordinárias. Mas não só de aumentos se resumiu este período, as rubricas Custos de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Encargos sobre Remunerações, Outros Custos Operacionais e Custos e Perdas Financeiros registaram uma diminuição face ao mesmo período do ano transato.

Os principais aumentos no ano de 2015 verificaram-se nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, com uma variação absoluta de 2.485.607.26€ que se traduziu num aumento de 8.61%, justificado sobretudo pela realização de eventos de cariz desportivo, cultural e social, e Custos e Perdas Extraordinários com uma variação absoluta de 5.556.290.03€, legitimado essencialmente por abates efetuados em imóveis.

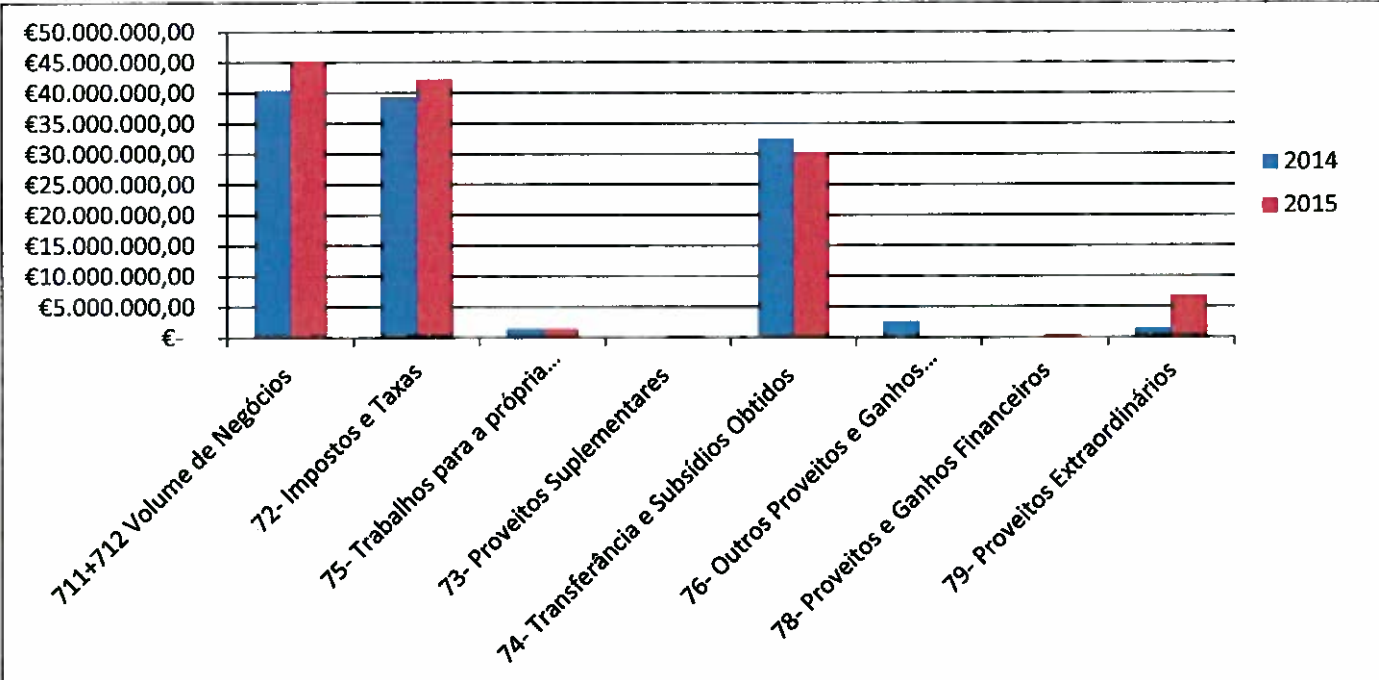
Uma das diminuições mais significativas ocorreu na rubrica de Custos e Perdas Financeiros, com uma variação absoluta de 570.836,93€ e uma variação relativa de 24.75%, podendo este valor ser fundamentado em parte por uma redução dos juros suportados referentes a Empréstimos Obtidos.

Quadro III- Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados

DESCRIÇÃO	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
711+712 Volume de Negócios	40.411.175,45 €	45.194.368,87 €	4.783.193,42 €	10,58%
72- Impostos e Taxas	39.278.463,05 €	42.299.252,93 €	3.020.789,88 €	7,14%
75- Trabalhos Própria Entidade	1.400.150,77 €	1.432.560,81 €	32.410,04 €	2,31%
73- Proveitos Suplementares	622,64 €	207.872,61 €	207.249,97 €	33285,68%
74- Transfer. Subsídios Obtidos	32.383.967,05 €	30.189.486,42 €	- 2.194.480,63 €	-6,78%
76- Outros Prov. e Ganhos Operac.	2.569.530,13 €	- €	- 2.569.530,13 €	-100,00%
78- Proveitos e Ganhos Financeiros	56.025,11 €	456.496,81 €	400.471,70 €	714,81%
79- Proveitos Extraordinários	1.483.018,68 €	6.845.286,25 €	5.362.267,57 €	361,58%
Totais	117.582.952,88 €	126.625.324,70 €	9.042.371,82 €	7,14%

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Quadro IV- Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



Tal como verificado nas rubricas de custos, as de proveitos também registaram um aumento significativo na sua globalidade em comparação com o período homólogo do ano de 2014. Este aumento ascendeu a um total de 9.042.371,82€ representando um crescimento relativo de 7.14%. Este aumento fez-se sentir principalmente nas rubricas de Volume de Negócios (Vendas e Prestação de Serviços), com um aumento de 4.783.193,42€ protagonizando uma variação relativa de 10.58%, explicado pelo crescimento das vendas e prestações de serviço em todas as entidades do perímetro de consolidação. Outra das rubricas merecedoras de análise é a de Impostos e Taxas que registaram um acréscimo de 3.020.789,88€ representando um aumento de 7.14% justificado essencialmente pela arrecadação de receita com o Imposto Municipal sobre Imóveis. A rubrica de Proveitos Extraordinários registou um aumento significativo em comparação com 2014 registando um acréscimo de 5.362.267,57€, cuja justificação se prende com a conversão/reclassificação das contas expressas com base no Sistema de Normalização Contabilística (cuja sigla-SNC- será utilizada doravante) para o Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (cuja sigla-POCAL-será utilizada doravante) e em correções de exercícios anteriores contabilizados em parte pelo Município de Braga. A par deste aumento, regista-se uma diminuição na rubrica Proveitos e Ganhos Financeiros pelo motivo apontado

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

anteriormente, querendo isto dizer que o aumento efetivo líquido é inferior ao apontado no gráfico acima indicado.

Para além do decréscimo registado em Proveitos e Ganhos Financeiros, a rubrica de Transferência e Subsídios Obtidos registou uma redução de 6.78% representados por 2.194.480,63€. Esta redução é explicada pela diminuição das verbas recebidas pelo Município de Braga provenientes do Orçamento de Estado, acompanhado por uma redução de angariação de fundos comunitários nas restantes entidades do grupo.

Finalizada a análise à estrutura de custos e proveitos pode concluir-se que a evolução é bastante positiva, uma vez que os proveitos são bastante superiores aos custos originando um resultado líquido do exercício após interesses minoritários de 13.281.594,52€.

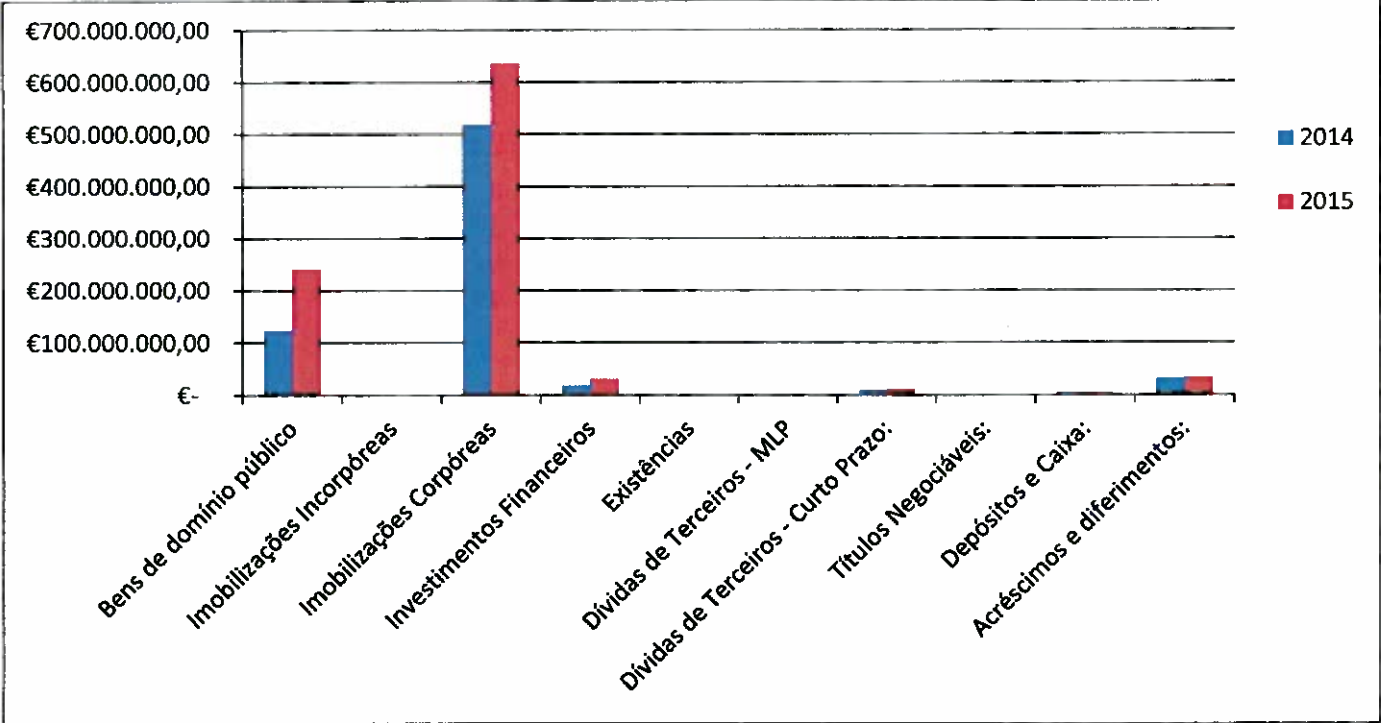
3.3 Análise da Estrutura do Ativo Consolidado

O presente quadro apresenta o desmembramento do Ativo nas subcontas que o compõem e respetivos valores nos anos de 2014 e 2015, permitindo elaborar uma análise à sua evolução.

Quadro V – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado

Ativo	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
Bens de domínio público	122.688.138,14 €	241.972.373,11 €	119.284.234,97 €	97,23%
Imobilizações Incorpóreas	47.153,37 €	- €	- 47.153,37 €	-100,00%
Imobilizações Corpóreas	518.317.692,13 €	635.846.045,40 €	117.528.353,27 €	22,67%
Investimentos Financeiros	18.225.395,32 €	31.785.537,63 €	13.560.142,31 €	74,40%
Existências	524.659,68 €	777.386,41 €	252.726,73 €	48,17%
Dívidas de Terceiros - MLP	- €	- €	- €	0,00%
Dívidas de Terceiros - CP	8.599.114,22 €	10.721.838,23 €	2.122.724,01 €	24,69%
Títulos Negociáveis:	- €	- €	- €	0,00%
Depósitos e Caixa:	3.879.936,39 €	4.813.770,11 €	933.833,72 €	24,07%
Acréscimos e diferimentos	31.749.584,81 €	34.219.287,18 €	2.469.702,37 €	7,78%
Total	704.031.674,06 €	960.136.238,07 €	256.104.564,01 €	36,38%

Quadro VI- Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado



Relativamente às rubricas que constituem o Ativo Consolidado do Grupo a evolução é por demais evidente, com um aumento que ascende a 36.38% face ao mesmo período do ano passado, manifestado por um aumento efetivo de 256.104.564,01€. Esta evolução deveu-se, na sua grande maioria, ao investimento em Imobilizações levado a cabo pelo Município de Braga, podendo esta afirmação ser devidamente comprovada através da análise às rubricas de Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas.

A rubrica de Bens de Domínio Público registou um aumento de 119.284.234,97€, apresentado em termos relativos por um acréscimo de 97.23% face ao mesmo período do ano passado. Por sua vez, na rubrica Imobilizações Corpóreas o aumento foi de 117.528.353.27€, originando uma variação relativa positiva de 22.67%. Outra das rubricas que pode explicar este aumento é a das Existências, cujo aumento é justificado sobretudo por uma melhor classificação e inventariação das existências por parte do Município de Braga registando uma aumento de 48.17% em comparação com o ano anterior.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

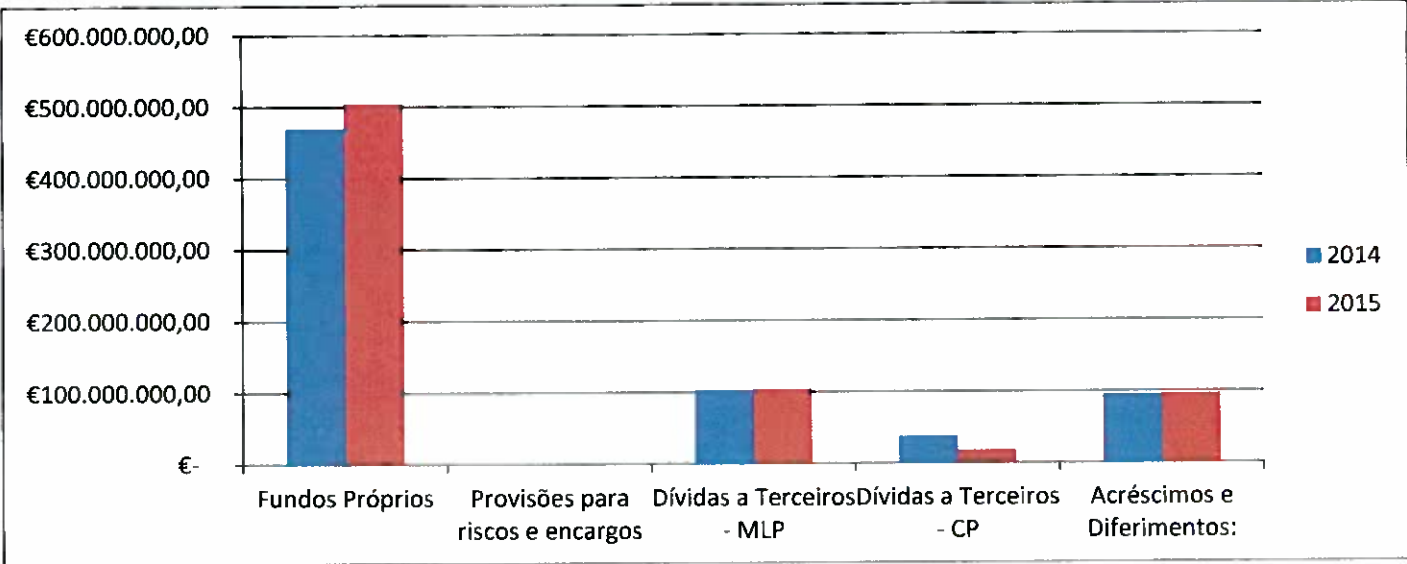
A subconta de Investimentos Financeiros é merecedora de uma avaliação mais pormenorizada, visto que, o aumento registado nesta rubrica não se traduz num aumento efetivo do valor do Ativo. Ou seja, este aumento é apenas resultado da reclassificação de contas de SNC para POCAL no âmbito do processo de consolidação. Relativamente à rubrica de Acréscimos e Diferimentos o aumento registado pode ser explicado em parte pela especialização dos Impostos Diretos cobrados no ano de 2016 mas referentes ao ano de 2015.

3.4 Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado

Quadro VII – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados

Fundos Próprios e Passivo	2014	2015	Variação Absoluta	Variação Relativa
Fundos Próprios	469.638.922,05 €	504.286.692,06 €	34.647.770,01 €	6,87%
Provisões Riscos e Encargos	601.309,07 €	601.309,07 €	- €	0,00%
Dívidas a Terceiros - MLP	102.224.203,47 €	104.462.939,22 €	2.238.735,75 €	2,14%
Dívidas a Terceiros - CP	37.008.885,06 €	18.260.121,28 €	- 18.748.763,78 €	-102,68%
Acréscimos e Diferimentos	94.558.354,41 €	96.987.886,04 €	2.429.531,63 €	2,50%
Total	704.031.674,06 €	724.598.947,67 €	20.567.273,61 €	2,84%

Quadro VIII- Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

À semelhança das rubricas analisadas anteriormente, também a Estrutura de Fundos Próprios e Passivo registou um aumento significativo no ano de 2015, ascendendo a um valor de 20.567.273,61€ evidenciado por uma variação relativa positiva de 2.84%.

A subconta de Fundos Próprios registou em 2015 uma variação relativa de 6.87% originando um aumento de 34.647.770,01€. A explicação reside principalmente nas subcontas de Resultado Líquido do Exercício, Resultados Transitados e Reservas decorrentes de Transferência de Ativos. Relativamente à rubrica de Acréscimos e Diferimentos o aumento registado é de 2.429.531,63€ evidenciado por uma variação relativa de 2.50% face ao exercício económico anterior. Este aumento pode ser explicado sobretudo pela reclassificação dos Subsídios ao Investimento das entidades participadas, para a rubrica de proveitos diferidos no contexto de harmonização para o normativo contabilístico POCAL.

A rubrica de Dívidas a Terceiros de Curto Prazo foi alvo de uma redução expressiva, resultante de uma reclassificação da dívida de Curto para Médio Longo Prazo, da redução do valor dos empréstimos, da diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado e outros credores. Por sua vez, a rubrica de Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo registou um aumento no exercício económico de 2015 evidenciado, pelo aumento dos valores presentes nas rubricas de Fornecedores de Imobilizado, Administração Autárquica e Outros Credores.



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Braga** as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 724 598 948 euros e um total de Fundos Próprios de 504 286 692 euros, incluindo um Resultado Líquido de 13 281 595 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - CROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Continua por assegurar que a contabilidade registre integralmente o imobilizado do Município, com efeitos significativos essencialmente quanto ao imobilizado em curso e amortizações.
8. O passivo integra o montante de € 67 588 408 relativo a subsídios de entidades públicas ainda não imputados a proveitos. Continuam assim por identificar integralmente os ativos a que se reportam bem como o respetivo grau de amortização, pelo que não foi possível apurar os montantes que deveriam ter sido reconhecidos em resultados do exercício e de exercícios anteriores.



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

9. Não foi possível validar a integralidade dos proveitos do Município provenientes de taxas e impostos indiretos cobrados e respetivos serviços prestados específicos das autarquias, bem como a correspondente dívida de terceiros e correlativa necessidade de ajustamentos.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 e quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo nº 11 abaixo, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as seguintes situações:
- a) Em virtude da positividade dos trabalhos de consolidação retiramos a reserva do exercício anterior relativa às inconformidades técnicas presentes nas demonstrações financeiras consolidadas ao nível do ativo, passivo, interesses minoritários, fundos próprios e resultado líquido do exercício;
 - b) Retiramos a reserva do exercício anterior relativa à não existência de comparativos nas demonstrações financeiras, por não ser aplicável no presente exercício;
 - c) A comparabilidade das demonstrações financeiras com o exercício anterior não se encontra integralmente cumprida, em virtude de terem sido efetuadas correcções às operações de consolidação, bem como alterações de metodologia utilizada e melhoria dos procedimentos de consolidação propriamente ditos;



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- d) O cumprimento da lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012 que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, devendo ser mantida especial atenção à complexão das obrigações nela atribuídas, bem como às condições impostas para a continuidade regular da atividade empresarial local.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Braga, 15 Junho de 2016.

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)

Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

CONTAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO DE 2015

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º., nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre que nos pronunciamos são as contas consolidadas;
- b) o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, e que implementaram durante o exercício algumas das medidas por nós formalmente sugeridas anteriormente.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. Da Lei nº.73/2013, de 3 de Setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respectivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilístico e administrativo) instituídos e à respetiva efetividade de aplicação;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão Consolidado;

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão Consolidados satisfazem as disposições legais e reflectem a actividade e a situação patrimonial e financeira

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas consolidadas;

- b) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º. da Lei 73/2013;
- c) o Município cumpriu o estipulado no art.º 17.º da Lei 53/2014, reconhecendo no ativo e passivo a sua contribuição para o capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal);
- d) Não obstante a melhoria verificada ao nível dos procedimentos de controlo, reiteramos que deverá prosseguir-se na melhoria dos mesmos.

4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) As contas consolidadas do Município e o respetivo Relatório de Gestão consolidado, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos que integram, especialmente no próprio Relatório, bem como das notas anteriores, merecem uma apreciação positiva;

e devemos salientar o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte da Câmara Municipal e de todos os responsáveis aos diversos níveis, o que agradecemos.

Braga, 15 de junho de 2016

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados – SROC (nº.153)
Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 - fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 - fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 - OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur